

Rodrigo Salazar

**FUNDAMENTOS NORMATIVOS  
PARA A CONSTRUÇÃO DE UM  
MÉTODO DECISÓRIO BASEADO  
EM PRECEDENTES JUDICIAIS**

Editora CRV  
Curitiba – Brasil  
2019

Copyright © da Editora CRV Ltda.  
**Editor-chefe:** Railson Moura  
**Diagramação e Capa:** Editora CRV  
**Revisão:** O Autor

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

S153f

Salazar, Rodrigo Andres Jopia.

Fundamentos normativos para a construção de um método decisório baseado em precedentes judiciais / Rodrigo Andres Jopia Salazar. - 1. ed. - Curitiba [PR] : CRV, 2019.  
160 p.

Bibliografia

ISBN 978-85-444-3028-6

DOI 10.24824/978854443028.6

1142607

1. Precedentes judiciais – Brasil. 2. Juízes – Decisões – Brasil. I. Título.

18-54248

CDU: 347.951(81)

---

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.  
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2019

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV

Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV

Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: [sac@editoracrv.com.br](mailto:sac@editoracrv.com.br)

Conheça os nossos lançamentos: [www.editoracrv.com.br](http://www.editoracrv.com.br)

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	13
INTRODUÇÃO .....	15
1. PRECEDENTE JUDICIAL .....	19
1.1 Definição de precedente judicial.....	20
1.1.1 Precedente-decisão.....	21
1.1.2 Precedente-norma.....	25
1.1.2.1 Distinção entre enunciado e norma jurídica .....	25
1.1.2.2 A reconstrução normativa por meio da atividade jurisdicional.....	27
1.1.2.3 Normas extraíveis de uma decisão judicial .....	28
1.1.2.4 Ratio decidendi e obiter dictum .....	31
1.1.2.5 Conceito de Precedente-norma.....	35
1.1.3 Conceito adotado .....	38
1.2 Disposição normativa, precedente judicial, jurisprudência e enunciado de súmulas.....	40
1.2.1 Enunciado, norma e precedente judicial .....	40
1.2.2 Jurisprudência e precedente judicial .....	41
1.2.3 Enunciado de Súmula e Jurisprudência.....	44
1.2.4 Coisa julgada e precedentes judiciais .....	45
2. O PAPEL DO PRECEDENTE NA CONSTRUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS .....	47
2.1 Argumentação jurídica.....	48
2.2 O método de decidir com base em precedentes.....	55
2.3 Sistemas jurídicos e o método de decidir com base em precedentes .....	59
2.3.1 Sistemas jurídicos .....	60
2.3.2 Coerência como elemento aglutinador geral dos sistemas jurídicos .....	67
2.3.3 Coerência e consistência sistêmica como fundamentos para o compromisso com o passado.....	68
3. O PRECEDENTE JUDICIAL NA TEORIA DO FATO JURÍDICO .....	71
3.1 O precedente judicial como fato jurídico .....	72
3.2 Plano da eficácia dos fatos jurídicos .....	75
3.2.1 Distinções entre eficácia normativa, eficácia jurídica e eficácia do direito.....	75
3.2.2 Fonte da eficácia jurídica .....	77
3.2.3 Incidência da norma jurídica .....	78

3.2.4 Conteúdo eficaz: as situações jurídicas e relações jurídicas .....	84
3.2.5 Limites pessoais, temporais e espacial da eficácia jurídica .....	92

<b>4. A OBSERVÂNCIA OBRIGATÓRIA DO PRECEDENTE JUDICIAL NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015 .....</b>	<b>95</b>
4.1 O método de decidir com base em precedentes no código de processo civil brasileiro .....	96
4.1.1 A igualdade como base normativa para o compromisso com o passado .....	97
4.1.2 Os desdobramentos do artigo 926 do CPC/2015 e o compromisso com o passado .....	101
4.1.2.1 Dever de promover a uniformização da jurisprudência .....	102
4.1.2.2 Dever de manter a jurisprudência estável .....	103
4.1.2.3 Dever de coerência e dever de integridade .....	104
4.1.3 O dever de fundamentação autorreferente e o compromisso com o passado no CPC/2015 .....	108
4.1.3.1 O dever de fundamentação autorreferente e o modelo de fundamentação efetiva .....	109
4.1.3.2 O dever de fundamentação autorreferente e os embargos de declaração .....	111
4.1.4 Conclusões parciais .....	113
4.2 Os precedentes de observância obrigatória no CPC/2015 .....	114
4.2.1 Enumeração normativa dos precedentes de observância obrigatória .....	118
4.2.1.1 Vetor normativo legal: os precedentes de observância obrigatória extraídos de decisões judiciais .....	123
4.2.1.2 Vetor normativo legal: os precedentes de observância obrigatória relacionados com enunciados jurisprudenciais .....	130
4.2.1.3 Vetor normativo negocial .....	131
4.2.1.4 Vetor normativo jurisprudencial .....	133
4.2.2 Conclusões parciais .....	134
4.3 Extensão subjetiva da observância obrigatória dos precedentes judiciais .....	136
4.3.1 Extensão vertical e horizontal aos órgãos do poder judiciário .....	136
4.3.2 Extensão aos Juizados Especiais .....	138
4.3.3 Extensão à arbitragem .....	142
4.3.4 Conclusões parciais .....	144
<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>147</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>151</b>